



## **DESPACHO n.º 7/25**

### **Homologação dos Objetivos Processuais para o ano judicial de 2025**

Por despacho de 13 de janeiro de 2025, ao abrigo do disposto no artigo 19º, nº 2, alínea s) do Estatuto do Ministério Público foram estabelecidos os objetivos estratégicos para o Ministério Público para o triénio 2025-2027.

A definição de objetivos e a consequente elaboração de programas e planos de ação constituem importantes instrumentos de gestão organizacional, enquadradores da atividade do Ministério Público e referenciais par a avaliação anual e autoavaliação da sua ação.

Constituem, ainda, conjuntamente com os relatórios de atividade, relevantes documentos de transparência e prestação de contas à comunidade.

As propostas de objetivos processuais para o ano de 2025 que nos foram transmitidas, apesar de evidenciarem diferentes abordagens, algumas justificadas pela diferença funcional dos diversos órgãos e pela diferente realidade social em que intervêm apresentam-se, na sua globalidade, amparadas por objetivos definidos pelo mencionado despacho de 13 de janeiro de 2025 e estão devidamente enquadradas nas finalidades norteadoras que presidem à sua fixação.

Em conformidade:

- a) Homologo, em cumprimento do disposto no nº 2 do artigo 91º da Lei nº 62/2013, de 26 de agosto (Lei de Organização do Sistema Judiciário), as propostas de objetivos processuais para o ano judicial de 2025 que foram



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PORTUGAL**

**PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

apresentadas, por via hierárquica, pelos magistrados do Ministério Público Coordenadores das Procuradorias das Repúblicas de Comarca;

- b) Os titulares responsáveis dos diversos órgãos e departamentos do Ministério Público procederão à divulgação interna e externa dos respetivos objetivos processuais, nomeadamente pela respetiva inserção nos micro-portais do Portal do Ministério Público após retirar dos mesmos as menções meramente internas ou elementos que permitam a identificação de processos concretos.

★

Comunique aos Senhores Procuradores-Gerais Regionais e aos Senhores Magistrados do Ministério Público Coordenadores de Comarca.

Divulgue-se o presente despacho no SIMP e insira-se no módulo “Documentos Hierárquicos”, subespécie “Despachos”, do SIMP e do Portal do Ministério Público.

Lisboa, 1 de abril de 2025.

O Procurador-Geral da República,

Amadeu Guerra